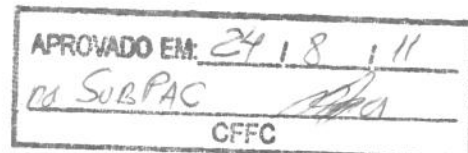




CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC



SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DAS OBRAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) E DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

RELATÓRIO DE VIAGEM E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Visita Oficial de Parlamentares às Obras das Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio – Porto Velho/RO – 11 e 12/05/2011 com Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e desdobrada com a Audiência Pública realizada em 28/06/2011, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados – Brasília/DF.

RELATÓRIO DE VISITA – DIAS 11 E 12/05/2011

1 – SAÍDA – 24:00HS DO DIA 11/05/2011 – VÔO FAB – 2.561 – BSB-PVH

2 – CHEGADA – 03:00HS DO DIA 12/05/2011

3 – PERNOITE NO HOTEL RESORT TRÊS CAPELAS – MUNICÍPIO DE PORTO VELHO (RO)

4 – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 28/06/2011

4.a – QUANTO À VISITA À USINA SANTO ANTÔNIO, DISTANTE 10 KM DE PORTO VELHO

- a) Participaram da visita à UHE Santo Antônio os Deputados Federais Carlos Magno, Ademir Camilo e João Dado, acompanhados do Engenheiro-Chefe da Obra, Eng^o Nelson Caproni, do Eng^o Camata, do Consórcio Sto. Antônio, da Sra. Mariana Scalzo, Coordenadora de Relações Institucionais da Sto. Antônio Energia e de engenheiros e técnicos em atividade na obra;
- b) Foram visitados o galpão de montagem de turbinas da Margem Direita, que se encontram em estágio adiantado de execução;
- c) A recepção pelos técnicos da UHE Santo Antônio transcorreu em clima amistoso e profícuo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4.b – QUANTO À VISITA À USINA DE JIRAU

- a) Participaram da visita UHE de Jirau os Deputados Federais Carlos Brandão, Nelson Bornier, Delegado Waldir, Edio Lopes e Moreira Mendes.
- b) Que foram recepcionados por engenheiros da obra.
- c) Foram visitados canteiro de obras bem como laboratório de mudas.
- d) Posteriormente percorremos aos refeitórios dos funcionários.

5 - AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- a) Constituída a Mesa dos trabalhos, pelo Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira e das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Carlos Brandão, pelo Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Deputado Estadual Valter Araújo (PTB), pelo Relator da Subcomissão, Dep. Fed. Nelson Bornier, pelos demais Membros da Subcomissão, Deputados Federais Ademir Camilo, Carlos Magno, Delegado Waldir, Édio Lopes, João Dado, Moreira Mendes e Nelson Bornier, ocorreram as manifestações das seguintes autoridades e representantes;

1) Dr. Alexandre, representante da Santo Antonio Energia, que discorreu sobre o programa de implantação da UHE Santo Antonio, destacando-se:

1.1) 17 mil empregos na obra, sem a ocorrência de qualquer movimento reivindicatório por parte dos trabalhadores, em grande parte graças ao Programa Acreditar, iniciado 3 anos antes do início da obra, que recrutou e qualificou os trabalhadores, sendo 80% oriundos de Porto Velho e cercanias;

1.2) 1,3 bilhão de reais investidos em programa de sustentabilidade, sendo R\$570 milhões no remanejamento das populações rurais e urbanas, R\$507 milhões em programas ambientais, R\$61 milhões em compensação ambiental direta e R\$200 milhões em compensações sociais (sendo R\$68 milhões aplicados em Porto Velho, na reforma do Hospital de Base-R\$22,4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

milhões, investimentos em infraestrutura-R\$13,7 milhões – R\$7,3 milhões em serviços e R\$24,6 milhões em educação);

2) Sr. Dorival, representante da Associação dos Moradores de Jaci-Paraná, declarando que participou da discussão da mudança da implantação para 9 km rio abaixo, da UHE Jirau; que a obra da UHE Jirau é muito importante para Jaci-Paraná; que a população do distrito triplicou com a execução da obra;

3) Desembargador Dr. Vulmar de Araújo Coelho Junior Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia, que declarou existir dificuldades na representação sindical na UHE Jirau; que foi constatado trabalho semelhante ao escravo, com excesso de horas de trabalho, nas terceirizadas da UHE Jirau, que é urgente uma reforma sindical que extinga a unicidade sindical no Município, pois o novo sindicato dos trabalhadores da indústria pesada de Rondônia não representa legitimamente os trabalhadores, o que pode ter contribuído para os incidentes;

4) Dr. Alnildo de Oliveira Leite, representante do Ministério Público Estadual, que declarou ter ingressado com ação civil pública contra a modificação do eixo da barragem de Jirau; que inexistente TAC em andamento relativamente à obra de Jirau; que existe inquérito pelo MPE em andamento sobre os incidentes em Jirau; que as compensações sociais deveriam ser executadas antes da execução da obra, e não concomitantemente, o que traz problemas sociais;

5) Deputada Estadual Epifânia Barbosa, presidente da Comissão Especial para analisar o problema das Usinas do Rio Madeira, que declarou que falta maior rigor na fiscalização das compensações sociais decorrentes da Usina Jirau, que na Reforma Tributária deve-se prever o compartilhamento do ICMS sobre energia elétrica gerada pelas Usinas com o Município e com Rondônia (produtores de energia);

6) Sra. Nanci Maria Rodrigues, Secretária de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, que declarou haver falta de liberação de recursos dos Consórcios Jirau para compensação ambiental; que o IBAMA não identifica projeto protocolado ou recursos para compensação ambiental destinados ao Estado de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Rondônia; que foi criada Câmara Técnica para fiscalizar a compensação ambiental decorrente das obras de Jirau e Sto. Antonio;

7) Sr. Antonio Amaral, presidente da Força Sindical em Rondônia, que declarou que existem contratos coletivos com Camargo Correa e Odebrecht que prevê banco de horas, em prejuízo dos trabalhadores;

8) Dr. Ricardo Rodrigues, Secretário Adjunto de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania e Delegado de Polícia responsável pelos inquéritos de Jirau, declarou que ocorreram furtos durante o incidente, que foram presos alguns vândalos; que 20 pessoas já estão qualificadas e identificadas; que a polícia ainda não identificou o motivo catalizador dos incidentes; que a oitiva de vândalos indicou ações desconexas; que o efetivo da polícia militar foi suficiente para conter a destruição; que foram destruídos ônibus e os alojamentos;

9) Dr. Francisco José Pinheiro Cruz, Procurador Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª. Região, que declarou não terem sido fatores trabalhistas que deram início aos incidentes em Jirau;

10) Sr. Juscelino José Durgo, Auditor Fiscal do Trabalho, que declarou ter elaborado Relatório acerca dos incidentes de Jirau, que o Consórcio Jirau deverá demitir 7.000 trabalhadores, face os projetos de reconstrução de alojamentos serem de menor capacidade e sem nenhuma infra-estrutura;

11) Sra. Angela Fortes, Conselheira Tutelar, que quer que os recursos de compensação social sejam efetivamente aplicados em Porto Velho, que apresenta situação social muito frágil; que é importante a fiscalização, por esta Comissão Especial, das obras paradas dos Viadutos em Porto Velho;

12) Vereador Jurandir Rodrigues de Oliveira, que declarou morar em Jaci-Paraná há 22 anos, que quer maior segurança face o aumento da população do distrito;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

13) Dr. Araquem Alencar Tavares de Lima, Delegado da Polícia Federal, que declarou existir inquérito na PF sobre os incidentes em Jirau, ainda prematuro; que estão tendo dificuldades para identificar as pessoas que promoveram os atos de vandalismo pois a maioria veio de outros Estados;

14) Deputado Estadual Hermínio Coelho, que declarou temer que todas as ações fiscalizatórias anteriores, acerca dos incidentes de Jirau não tragam resultados concretos; diferentemente desta Comissão Especial de Deputados Federais na qual está depositando muita confiança;

15) Deputado Estadual Jesualdo Pires, que declarou a divergência entre o projetado para Jirau, com 15.000 trabalhadores, sendo que nos incidentes haviam 22.000 trabalhadores no canteiro de obras;

16) Por parte da ESBR, não compareceu nenhum representante, evidenciando desta forma uma total descortesia com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira e das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Na verdade o que ficou evidenciado é que a ESBR se omitiu desde a recepção dos parlamentares em sua chegada até o não comparecimento na audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, a qual veio ocasionar na Audiência Pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal, no dia 28/06/2011, da qual passa a fazer parte deste relatório, através das notas taquigráficas em anexo.

Por derradeiro, os membros da Subcomissão em na Audiência e 28/06/2011 detectaram a falta de comparecimento do Deputado Estadual, Sr. Walter Araújo, Presidente da Assembléia Legislativa do estado de Rondônia, bem como representantes da Prefeitura de Porto Velho/RO e também do Governo do Estado de Rondônia, que tanto cobraram desta Subcomissão a realização de tal Audiência Pública, mas ficando claro que o consórcio de Jirau não vem cumprindo com o município e também com o Governo do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estado, os aportes de investimentos em saúde, educação, infraestrutura e no trato com o meio ambiente, que por sua vez deveria ser executado pela ESBR.

Conforme declarações das autoridades competentes (item7), ainda não houve conclusão a respeito da origem do incidente havido em Jirau. De toda forma, recomenda-se a ESBR que o contingente de trabalhadores na obra seja revisto, buscando adequá-lo ao inicialmente previsto (cerca de 15.000 trabalhadores).

Da visita realizada não foi possível detectar más condições nem maus tratos aos empregados.

É o relatório, além de encaminhar cópia dele aos seguintes órgãos:

- 1) ANEEL
- 2) Controladoria Geral da União (CGU)
- 3) Tribunal de Contas da União (TCU)
- 4) Ministério Público Federal de Rondônia
- 5) Ministério Público do Estado de Rondônia
- 6) Delegacia do Trabalho do Estado de Rondônia
- 7) Governo do Estado de Rondônia
- 8) Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO
- 9) Prefeitura Municipal de Jaci-Paraná/RO
- 10) Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
- 11) Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
- 12) Ministério do Meio Ambiente
- 13) IBAMA
- 14) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Brasília, 06 de julho de 2011.



NELSON BORNIER
Deputado Federal
Relator